

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA - AÇÕES EMERGENCIAIS NO SETOR DA CULTURA
EDITAL nº 01/2021 - EDITAL DE SELEÇÃO DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO DE EMERGÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE EMERGÊNCIA Nº QUE
ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
CULTURA E TURISMO E
.....
.....PARA OS FINS QUE
MENCIONA.

O Município de Antônio Carlos, CNPJ número 18.094.763/0001-04 por intermédio de sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**, a seguir denominada **SECRETARIA**, neste ato representado por seu titular, Sérgio Luiz Barreto Campello Cardoso Ayres, CPF n.º 02764507879, na qualidade de **Agente Financeira** dos recursos repassados via “Lei Aldir Blanc”, nos termos da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, do Decreto Federal nº. 10.464, de 17 de agosto de 2020 e do Decreto Estadual nº. 48.059, de 08 de outubro de 2020 e o
.....,
residente domiciliado
a....., CI n.º
....., expedida pelo.....e CPF n.º....., doravante denominado **BENEFICIÁRIO(A)** celebram o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE EMERGÊNCIA** para a realização da proposta apresentada na categoria
....., selecionada por meio de Edital para Seleção de **EDITAL nº 01/20201- EDITAL DE SELEÇÃO DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS** que serão contemplados por meio de bolsa, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, as quais o (a) **BENEFICIÁRIO (A)** declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A **SECRETARIA** e o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** resolvem firmar o presente Termo para Concessão de apoio financeiro ao **BENEFICIÁRIO** para a realização da proposta apresentada para concessão de

bolsa na categoria, selecionada por meio do por meio do **EDITAL nº 01/2021 - EMERGENCIAL LEI ALDIR BLANC.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MODALIDADE DOS RECURSOS:

O recurso a ser liberado para realização do objeto acima estabelecido se refere ao **EDITAL nº 01/2021 - EDITAL EXPRESSÕES ARTÍSTICAS**, todos do Decreto Estadual nº. 48.059, de 08 de outubro de 2020, tendo em vista os recursos recebidos pelo Município de Antônio Carlos, para execução de ações emergenciais destinadas ao setor cultural, nos termos da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, Decreto Federal nº. 10.464, de 17 de agosto de 2020, o Decreto Federal nº 10.751, de 22 de julho de 2021, e a Lei Municipal nº 2.043, de 05 de outubro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR LIBERADO

I. O valor total a ser concedido pela **SECRETARIA** ao(à) **BENEFICIÁRIO(A)** é de **R\$.....**, liberado após a publicação da celebração deste Termo, em parcela única, conforme Edital.

II. O depósito do valor mencionado no item anterior será efetivado na conta corrente do(a) **BENEFICIÁRIO (A)**, Banco, agência....., conta corrente nº, especificamente mantida para este fim, em instituição bancária de livre escolha do beneficiário, conforme Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos acima mencionados correrão à conta da dotação orçamentária: nº

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo terá a vigência até 01 de maio, podendo ser prorrogado enquanto durar o estado de calamidade pública.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

A SECRETARIA assume o compromisso de:

I. Efetuar o repasse no valor de R\$ para realização da proposta apresentada, conforme cláusula primeira deste Termo.

II. Acompanhar e fiscalizar a execução da ação objeto deste Termo, em conformidade com as disposições Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, do Decreto Federal nº. 10.464, de 17 de agosto de 2020, do Decreto Estadual nº. 48.059, de 08 de outubro de 2020 e do **EDITAL nº 01/2021 - EDITAL DE SELEÇÃO EXPRESSÕES ARTÍSTICAS.**

III. Receber, analisar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Simplificada do projeto objeto deste Termo, em conformidade com o Edital e com as disposições da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, do Decreto Federal nº. 10.464, de 17 de agosto de 2020, do Decreto Estadual nº. 48.059, de 08 de outubro de 2020, e das demais legislações pertinentes em vigor.

IV. emitir parecer sobre a regularidade das contas, aprovando-as, com ou sem ressalvas, ou rejeitando-as;

V. instaurar tomada de contas especial quando constatada evidências de irregularidade.

O(A) **BENEFICIÁRIO(A)** assume o compromisso de, além de outros definidos neste termo e legislação vigente:

- I. Apresentar em seu nome conta-corrente bancária exclusiva para fins de depósito e movimentação dos recursos provenientes da SECRETARIA para execução do objeto estabelecido.
- II. Manter sua regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, segundo previsto em Edital, bem como suas condições de qualificação, desde o momento da inscrição do projeto até a prestação de contas dos recursos, sob pena de rescisão deste termo e restituição integral do valor recebido, com as devidas correções, sem prejuízo de outras penalidades.
- III. Executar fielmente o objeto, cumprindo todas as diretrizes impostas pelo Edital.
- IV. Cumprir toda a legislação aplicável, em especial aquelas referidas na Cláusula intitulada “*DAS CONDIÇÕES GERAIS*” deste instrumento.
- VI. Sugere-se a citação ou crédito do apoio do Ministério do Turismo e do Governo do Estado de Minas Gerais em todo o material de divulgação e canais de comunicação, redes sociais e plataformas em que a proposta for divulgada.
- VII. O(A) **BENEFICIÁRIO(A)** será exclusivamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais relativas à equipe técnica utilizada na execução do projeto selecionado, em sendo o caso.
- VIII. Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista na planilha de custos apresentada no ato da inscrição, em sendo o caso.
- VIX. A inserção de informações falsas ou a omissão intencional de informação relevante nos cadastros públicos a que se refere o Decreto Estadual n. 48.059/2020, sujeitará o infrator às sanções civis, administrativas e criminais, sem prejuízo do ressarcimento dos valores recebidos indevidamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- I. O(A) BENEFICIÁRIO(A) deverá executar o objeto do presente Termo até **30 de abril de 2022**, podendo ser prorrogado conforme termos da Cláusula Quinta.
- II. O(A) BENEFICIÁRIO(A) selecionado no Edital/Chamamento Público realizado pelo Estado e por algum município, para recebimento de recursos da Lei Federal nº 14.017, de 2020, quando referir-se ao mesmo objeto, deverá optar por um destes, de modo a garantir a não concentração de recursos nos mesmos proponentes.
- III. É de total responsabilidade do(a) beneficiário(a) assegurar-se de que não receberá os recursos em duplicidade, sob pena de responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei, devendo declarar a situação na primeira oportunidade. Optando-se o(a) BENEFICIÁRIO(A) pelos recursos de outras fontes estranhas ao Edital, do qual originou o Termo, deverá deixar de assinar o presente instrumento, apresentado-se as devidas justificativas à SECRETARIA.
- IV. O(A) BENEFICIÁRIO(A) deverá observar e atender as exigências estabelecidas no Edital que concorreu.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O(A) BENEFICIÁRIO(A) deverá, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contado do prazo final de execução do objeto, apresentar à SECRETARIA, a prestação de contas simplificada da realização do objeto em conformidade com o Edital.

- I. O Relatório de Prestação de Contas Simplificada, será entregue na SECRETARIA observado o disposto no §1º do art. 27 do Decreto Estadual nº 48.059/2020 conforme modelo constante do Edital.

II. A comprovação do cumprimento do objeto pactuado no Edital deverá ser fundamentada nos pareceres de cumprimento do objeto pactuado com o(a) BENEFICIÁRIO(A), atestado pela SECRETARIA

III. Os documentos originais de comprovação do cumprimento do objeto deverão ser guardados pelo BENEFICIÁRIO(A) pelo prazo de 5 (cinco) anos, após a entrega da prestação de contas simplificada, segundo art. 29 do Decreto Estadual n. 48.059/2020.

IV. Caso a SECRETARIA verifique que houve inadequação na execução do objeto, o(a) BENEFICIÁRIO(A) (a) será notificado para apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de notificação.

V. Para fins do disposto no item anterior, a administração pública considerará que houve inadequação na execução do objeto quando configurada uma das seguintes hipóteses:

a. Quando for identificado o descumprimento injustificado do alcance da meta; ou

b. Quando for aceita denúncia de irregularidade, mediante juízo de admissibilidade realizado pela SECULT.

VI. Nos casos em que a Prestação de Contas Simplificada ou a justificativa contra a inadequação de execução do objeto não for apresentada, inexecução do projeto ou nos casos em que for rejeitada, a SECULT enviará notificação, exigindo-se a devolução integral dos recursos liberados, aplicadas as devidas atualizações monetárias e juros.

VII. Decorridos os prazos previstos, a documentação de prestação de contas ficará sujeita ao desarquivamento para consulta ou exames posteriores, caso ocorra alguma necessidade pertinente, resguardado o direito de regresso, sem prejuízo de outras sanções no caso de serem constatadas irregularidades em trabalho de auditoria ou supervisão da CGE, do TCEMG ou da SEF.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I. A SECRETARIA fica autorizada a aplicar ao(à) BENEFICIÁRIO(A) as cominações previstas em lei na hipótese de inadimplência em relação à prestação de contas da aplicação dos recursos ou de conferir-lhe destinação diversa daquela prevista no edital, na forma da legislação aplicável.

II. O(A) BENEFICIÁRIO(A) que não apresentar a prestação de contas simplificada ficará sujeito à aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

i. Pela inexecução total ou parcial deste termo a SECRETARIA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(à) BENEFICIÁRIO(A) as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a SECULT, que será concedida sempre que o(a) BENEFICIÁRIO(A) ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

iii. As sanções previstas nas alíneas a e b do item i poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

iv. A sanção estabelecida na alínea c do item i é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Cultura e Turismo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

- I. Este Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes.
- II. Este Termo poderá ser rescindido unilateralmente pela SECRETARIA, independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
- a) irregularidades na execução da proposta;
 - b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
 - c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Fazem parte integrante deste instrumento:

- I - As normas da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, do Decreto Federal nº. 10.464, de 17 de agosto de 2020, do Decreto Estadual nº. 48.059, de 08 de outubro de 2020,
- II - EDITAL nº O1/2021 - EDITAL DE SELEÇÃO DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS e seus anexos.
- III - O objeto realizado pelo(a) BENEFICIÁRIO(A), conforme cláusula primeira deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Após assinado, este Termo terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de Antônio Carlos.
 - II. Os casos omissos serão apreciados e resolvidos pela SECRETARIA, aplicáveis as disposições neste Termo anunciadas e da Lei 8.666/93 subsidiariamente, no que couber.
 - III. É responsabilidade do(a) BENEFICIÁRIO(A) manter todos os dados cadastrais permanentemente atualizados junto à SECULT;
 - IV. As partes elegem o foro da Comarca de Barabacena/MG para dirimir quaisquer questões contratuais, salvo disposição legal em contrário.
- E por estarem de acordo, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, para os devidos e legais efeitos.

Antônio Carlos,.....2021

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

BENEFICIÁRIO (A)

TESTEMUNHAS:

1.

2.

.